

LEGISLAÇÃO 1911

Lei n.º670, de 5 de Janeiro de 1911 - Autoriza o Governador do Estado a continuar a construção do edifício do Palácio do Governo e a fazer aquisição, ou mandar construir um prédio para nele funcionar o Congresso Legislativo do Amazonas.

Lei n.º671, de 5 de Janeiro de 1911 - Substitui o art. 150 da Lei nº 333 de 14 de Fevereiro de 1901.

Lei n.º672, de 9 de Janeiro de 1911 - Fixa a Força Pública do Estado para o ano de 1911 e dá providências sobre a regulamentação definitiva da mesma.

Lei n.º673, de 20 de Maio de 1911 - Autoriza o Governo do Estado a garantir o juro anual de seis por centos, ouro, no máximo, até o capital de três milhões esterlinos, a um banco que se funda nesta capital, para opera principalmente sobre crédito agrícola e hipotecário no Estado.

Lei n.º674, de 20 de Maio de 1911 - Autoriza o Governador do Estado a entrar em acordo com o do Pará, no sentido de ambos obterem o endosso da União para um empréstimo externo até seis milhões esterlinos, ao juro máximo de 5%, ouro, e contraindo sob responsabilidade dos mesmos Estados.

Lei n.º675, de 20 de Maio de 1911 - Autoriza o Poder Executivo a conceder os favores que julgar necessários a todos os indivíduos ou empresas que se obrigarem a fundar nesta capital usinas de refinação de borracha, mediante processos novos e aperfeiçoados e dá outras providências.

Lei n.º676, de 20 de Maio de 1911 - Revoga diversas Leis e Intendência Municipal do Rio Branco.

Lei n.º677, de 20 de Maio de 1911 - Aumenta diversos créditos da Lei orçamentária vigente.

Lei n.º678, de 14 de Setembro de 1911 - Aumenta diversos créditos da Lei orçamentária vigente.

Lei n.º679, de 20 de Setembro de 1911 - Aprovado o Decreto do governador do Estado nº 973 de 3 de Julho de 1911.

Lei n.º680, de 22 de Setembro de 1911 - Dá nova organização á Junta Comercial do Amazonas.

Lei n.º681, de 23 de Setembro de 1911 - Cria no termo de Parintins um segundo Tabelionato de notas e dá outras providências.

Lei n.º682, de 27 de Setembro de 1911 - Eleva á categoria de comarca os termos judiciários de Uruará e Codajás.

Lei n.º683, de 27 de Setembro de 1911 - Cria o município de Xibauá, compreendendo o território do termo do mesmo nome na comarca de Tefé e dá outras providências.

Lei n.º684, de 30 de Setembro de 1911 - Dá nova organização aos municípios do Estado,

Lei n.º685, de 30 de Setembro de 1911 - Fixa a Força Policial do Estado para o ano financeiro de 1912.

Lei n.º686, de 7 de Outubro de 1911 - Autoriza ao governador do Estado a reformar não só a Secretaria do Governo á qual anexará o serviço de terras, minas e navegação como também a Repartição de Obras Públicas, dando-lhe organização especial.

Lei n.º687, de 7 de Outubro de 1911 - Autoriza o Poder Executivo a dispensar o pagamento do imposto de que trata a tabela F, do orçamento do corrente ano.

Lei n.º688, de 7 de Outubro de 1911 - Autoriza o governador do Estado a entrar em acordo com o superintendente da capital, afim de que este possa adquirir os serviços a cargo de Manáos Improvements, Limited.

Lei n.º689, de 7 de Outubro de 1911 - Cria no Estado, diversas escolas primárias.

Lei n.º690, de 7 de Outubro de 1911 - Regula a concessão das terras devolutas do Estado.

Lei n.º691, de 7 de Outubro de 1911 -Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1912.

Lei n.º692, de 7 de Outubro de 1911 - Cria a Caixa Beneficente Militar.

Lei n.º693, de 7 de Outubro de 1911 - Dá nova organização ao serviço eleitoral do Estado.

Lei n.º765, de 20 de Maio de 1911 - Autoriza o Poder Executivo a conceder aos indivíduos ou empresas que se abrigarem a fundar nesta Capital, usinas de refinação de borracha, mediante processos novos e aperfeiçoamento e dá outras providências.

Decreto n.º953, de 6 de Janeiro de 1911 - Augmenta com a quantia de um conto novecentos e setenta e nove mil quinhentos e quarenta réis (1:979\$540) os créditos abertos pelos Decreto n.º 931 de 14 de março de 1910 e 940 de 30 de agosto do mesmo ano.

Decreto n.º954, de 11 de Janeiro de 1911 - Augmenta com a quantia de 40:000\$000 o credito da verba n.º 602 de 16 de outubro de 1909.

Decreto n.º955, de 11 de Janeiro de 1911 - Classifica os officiaes da Força Pública e dá outras providencias.

Decreto n.º956, de 2 de Fevereiro de 1911 - Dá regulamento a Imprensa Oficial do Estado.

Decreto n.º957, de 4 de Fevereiro de 1911 - Abre o credito de 38:760\$000 no orçamento vigente para o pagamento do pessoal da Imprensa Official.

Decreto n.º958, de 2 de Março de 1911 - Suspende a execução da lei n.º 650 de 27 de fevereiro ultimo, da Intendência Municipal da Capital.

Decreto n.º959, de 11 de Março de 1911 - Cria mais um Distrito Judiciário no termo de Lábrea.

Decreto n.º960, de 14 de Março de 1911 – Funde em duas escolas mixtas as dos sexos masculino e feminino da villa de Barcellos e S. Joaquim do Rio Negro.

Decreto n.º961, de 14 de Março de 1911 – Cria uma escola mixta no município da capital e outra no município de Manacapurú.

Decreto n.º962, de 18 de Março de 1911 – Suspende a execução da lei nº 68 de 23 de fevereiro ultimo, da Intendência Municipal de Codajás.

Decreto n.º963, de 4 de Abril de 1911 – Suspende em parte a execução da lei nº 65 de 22 de outubro de 1910, promulgada pela Intendência Municipal Barcellos.

Decreto n.º964, de 10 de Abril de 1911 – Suspende em parte a execução da lei nº 147 de 23 de dezembro de 1910, promulgada pela Intendência Municipal Maués.

Decreto n.º965, de 11 de Abril de 1911 - Altera o plano de uniformes dos Officiais e Praças da Força Pública.

Decreto n.º966, de 14 de Abril de 1911 - Indulta as praças da Força Policial do Estado, sentenciadas e por sentenciar pelos crimes de 1ª e 2ª deserção simples ou agravada.

Decreto n.º967, de 22 de Abril de 1911 - *Substitui um lugar de bedel da Escola Normal por um de regente, e marca os respectivos vencimentos.*

Decreto n.º968, de 24 de Abril de 1911 - Convoca extraordinariamente o Congresso Legislativo do Estado.

Decreto n.º969, de 25 de Abril de 1911 - *Dá regulamento definitivo para os serviços de água e esgotos da cidade de Manaus.*

Decreto n.º970, de 11 de Maio de 1911 – Argumenta diversos créditos da Lei orçamentária vigente.

Decreto n.º971, de 5 de Junho de 1911 – Dá nova divisão aos distritos policiais do termo de S. Felipe.

Decreto n.º972, de 14 de Junho de 1911 – Suspende a execução da Lei nº 43 de 9 de novembro de 1910, promulgada pela Intendência Municipal de Coary.

Decreto n.º973, de 3 de Julho de 1911 – Augmenta diversos créditos da lei orçamentária vigente, destinados a manutenção da Força Pública do Estado.

Decreto n.º974, de 12 de Julho de 1911 – Prorroga até 31 de agosto do corrente anno o prazo para pagamento do imposto de indústria e profissão.

Decreto n.º975, de 14 de Julho de 1911 – Indulta o preso de justiça Ethelberto de Carvalho.

Decreto n.º976, de 14 de Julho de 1911 – Indulta as praças da Força Policial do Estado sentenciadas e por sentenciar pelos crimes de 1ª e 2ª deserção simples ou agravada.

Decreto n.º977, de 26 de Julho de 1911 – Augmenta diversos créditos da lei orçamentária vigente.

Decreto n.º978, de 3 de Agosto de 1911 – Altera o actual regulamento do Thesouro quanto á organização das pautas semanaes para a cobrança do imposto de exportação.

Decreto n.º979, de 1 de Setembro de 1911 – Prorroga por mais trinta dias o prazo para pagamento sem multa do imposto de indústria e profissão.

Decreto n.º980, de 22 de Setembro de 1911 – Prorroga até 31 de outubro próximo vindouro o prazo para o pagamento, sem multa do imposto de indústria e profissão relativo ao segundo semestre do corrente anno.

Decreto n.º981, de 31 de Outubro de 1911 – Indulta as praças da Força Policial do Estado, sentenciadas e pro sentenciar pelos crimes de 1ª e 2ª deserção simples ou agravada.

Decreto n.º982, de 1 de Novembro de 1911 – Concede pensões de cento e cinquenta mil reis (150\$000) mensaes a d. Carolina Carreira Correia da Silva e Francisca Lima de Vasconcellos.

Decreto n.º983, de 6 de Novembro de 1911 – Cria os districtos judiciários no termo de Xibauá.

Decreto n.º984, de 6 de Novembro de 1911 – Cria uma agencia fiscal do Estado municipal e termo de Xibauá.

Decreto n.º985, de 15 de Novembro de 1911 – Indulta o preso de justiça Antonio Francisco dos Santos.

Decreto n.º986, de 20 de Novembro de 1911 – Aumenta com a importação de trezentos e cinquenta contos de réis (350:000\$000) os créditos consignados nas verbas nº 20 e 218 da lei orçamentária vigente.